

ATA DA NONAGÉSIMA SEGUNDA SESSÃO ORDINÁRIA DA SEGUNDA
SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA SÉTIMA LEGISLATURA, EM
26-9-2018.

Aos vinte e seis dias do mês de setembro do ano de dois mil e dezoito, reuniu-se, no Plenário Otávio Rocha do Palácio Aloísio Filho, a Câmara Municipal de Porto Alegre. Às quatorze horas e quinze minutos, foi realizada a segunda chamada, na qual registraram presença Adeli Sell, Aldacir Oliboni, Alvoni Medina, Cassio Trogildo, Cassiá Carpes, Comandante Nádia, Felipe Camozzato, José Freitas, João Bosco Vaz, João Carlos Nedel, Mendes Ribeiro, Mônica Leal, Paulinho Motorista, Prof. Alex Fraga, Ricardo Gomes, Tarciso Flecha Negra e Valter Nagelstein. Constatada a existência de quórum, o Presidente declarou abertos os trabalhos. Ainda, durante a Sessão, registraram presença Aírto Ferronato, André Carús, Berna Menezes, Dr. Goulart, Dr. Thiago, Elizandro Sabino, Idenir Cecchim, Luciano Victorino, Marcelo Sgarbossa, Mauro Pinheiro, Mauro Zacher, Moisés Barboza, Márcio Bins Ely, Paulo Brum, Professor Wambert, Reginaldo Pujol, Rodrigo Maroni e Sofia Cavedon. A seguir, foi apregoadado Requerimento de autoria de Aldacir Oliboni, solicitando Licença para Tratamento de Saúde nos dias vinte e quatro e vinte e cinco de setembro do corrente. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciou-se Felipe Camozzato. Após, foi aprovado Requerimento de autoria de Roberto Robaina, solicitando Licença para Tratar de Interesses Particulares do dia vinte e seis ao dia vinte e oito de setembro do corrente, tendo o Presidente declarado empossado na vereança o suplente Luciano Victorino, após a entrega de seu Diploma e Declaração de Bens, bem como a prestação de compromisso e a indicação de nome parlamentar, informando-lhe que integraria a Comissão de Urbanização, Transportes e Habitação. Na oportunidade, foram apregoadas declarações firmadas por Prof. Alex Fraga, Líder da Bancada do PSOL, comunicando o impedimento dos suplentes Karen Santos e Marcelo Rocha Garcia em assumirem a vereança do dia vinte e seis ao dia vinte e oito de setembro do corrente. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciou-se Aldacir Oliboni. Os trabalhos foram suspensos das quatorze horas e trinta e três minutos às quatorze horas e cinquenta e quatro minutos. Após, o Presidente concedeu a palavra a Luciano Victorino, nos termos do artigo 12, § 8º, do Regimento. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciaram-se André Carús, Moisés Barboza, Berna Menezes, Marcelo Sgarbossa, Mauro Pinheiro, João Bosco Vaz e Moisés Barboza. Às quinze horas e quarenta e dois minutos, constatada a existência de quórum deliberativo, foi iniciada a ORDEM DO DIA. Em prosseguimento, foi apregoadado Requerimento de autoria de Mendes Ribeiro, deferido pelo Presidente, solicitando a retirada de tramitação da Emenda nº 02 aposta ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 005/18 (Processo nº 0721/18). Também, foi apregoadado Requerimento de autoria de Moisés Barboza, Líder do Governo, solicitando que a Redação Final do Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 007/18 (Processo nº 0725/18) fosse votada pelo Plenário. Os trabalhos foram suspensos das quinze horas e quarenta e cinco minutos às quinze horas e quarenta e nove minutos. Após, foi apregoadado o Ofício nº 818/18, do Prefeito, solicitando que o Projeto de Lei

Complementar do Executivo nº 005/18 deixasse de tramitar em regime de urgência. A seguir, foi aprovado Requerimento verbal formulado por Valter Nagelstein, solicitando alteração na ordem de apreciação da matéria constante na Ordem do Dia. Em Votação, foi aprovado Requerimento de autoria de Cláudio Janta, solicitando renovação de votação da Emenda nº 03 aposta ao Projeto de Lei do Executivo nº 002/18 (Processo nº 0589/18), por quatorze votos SIM e doze votos NÃO, em votação nominal solicitada por Cassio Trogildo, tendo votado Sim Adeli Sell, Aldacir Oliboni, Alvoni Medina, Berna Menezes, Cassiá Carpes, Dr. Thiago, José Freitas, João Bosco Vaz, Luciano Victorino, Marcelo Sgarbossa, Mauro Zacher, Mônica Leal, Prof. Alex Fraga e Sofia Cavedon e Não André Carús, Cassio Trogildo, Comandante Nádia, Dr. Goulart, Felipe Camozzato, Mauro Pinheiro, Mendes Ribeiro, Moisés Barboza, Paulo Brum, Professor Wambert, Reginaldo Pujol e Ricardo Gomes. Em Votação, foi aprovado Requerimento de autoria de Ricardo Gomes, solicitando renovação de votação da Emenda nº 04 aposta ao Projeto de Lei do Executivo nº 002/18 (Processo nº 0589/18), por vinte e nove votos SIM e uma ABSTENÇÃO, em votação nominal solicitada por Valter Nagelstein, tendo votado Sim Adeli Sell, Aírto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alvoni Medina, André Carús, Berna Menezes, Cassio Trogildo, Cassiá Carpes, Comandante Nádia, Dr. Goulart, Dr. Thiago, Felipe Camozzato, Idenir Cecchim, José Freitas, João Bosco Vaz, João Carlos Nedel, Luciano Victorino, Marcelo Sgarbossa, Mauro Pinheiro, Mauro Zacher, Mendes Ribeiro, Moisés Barboza, Mônica Leal, Paulinho Motorista, Paulo Brum, Prof. Alex Fraga, Professor Wambert, Reginaldo Pujol e Ricardo Gomes e optado pela Abstenção Sofia Cavedon. Durante a Sessão, João Bosco Vaz, Cassiá Carpes, André Carús, Aírto Ferronato e Mauro Pinheiro manifestaram-se acerca de assuntos diversos. Às dezesseis horas e dois minutos, o Presidente declarou encerrados os trabalhos, convocando os vereadores para sessão extraordinária a ser realizada a seguir. Os trabalhos foram presididos por Valter Nagelstein e José Freitas e secretariados por José Freitas. Do que foi lavrada a presente Ata, que, após distribuída e aprovada, será assinada pelo 1º Secretário e pelo Presidente.

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): O Ver. Aldacir Oliboni solicita Licença para Tratamento de Saúde nos dias 24 e 25 de setembro de 2018.

Comunico aos Srs. Vereadores que a Mesa Diretora desta Casa convocou uma entrevista coletiva para hoje, às 14h30min, no Salão Adel Carvalho, sobre um pedido de adiantamento de recursos que o Executivo Municipal fez frente às dificuldades que está enfrentando, especialmente na questão da manutenção da Cidade e da folha de pagamento dos servidores municipais. Quero, desde já, convidar os Srs. Vereadores que quiserem participar – estarão presentes os Vereadores da Mesa Diretora.

VEREADOR JOÃO BOSCO VAZ (PDT): Sr. Presidente, um pedido de esclarecimento. Pelo que eu sei, V. Exa. pode confirmar, ontem o Sr. Prefeito mandou a esta Casa um emissário – não vou dizer quem é, mas o senhor sabe quem é –,

solicitando essa ajuda da Câmara de Vereadores. V. Exa., pelo que sei, também com grandeza, disse que não haveria problema, desde que o Prefeito diga que a Câmara está ajudando a pagar os funcionários, que o dinheiro que vai ajudar é da Câmara; depois, que o senhor teria recebido um telefonema em que o Prefeito diz que, nestas condições, ele não queria. Bom, hoje, não sei como está isso aí, entendo que a posição da Mesa é acertada em emprestar, mas só quero deixar claro que a Câmara que está emprestando dinheiro é a mesma Câmara atacada todos os dias, como ontem, pelo Prefeito Marchezan. Isso ele não diz, isso ele não fala! É preciso reconhecer; quero que o senhor explique isso, por favor.

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Ver. João Bosco, estas questões serão tratadas na entrevista coletiva. O senhor pode ter certeza de que este Presidente, assim como tenho certeza os 36 Vereadores, trabalham em favor da Cidade, dos interesses maiores da Cidade. Isso sobre a primeira questão. Sobre a segunda, por evidente, o Presidente que aqui está, com a delegação da maioria dos Srs. Vereadores, tem uma missão que não me foge dos olhos, nem do horizonte, de representar o Parlamento, mesmo que, como sempre disse, algumas bancadas não tenham votado neste Presidente, é o Presidente que representa a todos os Vereadores. Então, é sempre a minha função aqui, enquanto estiver, como foi do Presidente Cassio, antes do Presidente Mauro, antes da Presidente Sofia, enfim, resguardar os interesses, a dignidade e a grandeza do Parlamento. O senhor fique descansado com relação a isso, e eu lhe agradeço.

VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP): Presidente, ao mesmo tempo que sou crítico do Prefeito, que se negou a pegar esse valor antecipadamente, agora, eu fico muito feliz porque foi uma iniciativa nossa, no objetivo de fortalecer o caixa da Prefeitura. Naquela oportunidade, seria mais de R\$ 20 milhões que seriam direcionados para tapar os buracos e para a retirada do pessoal de rua, que daria maior tranquilidade a todos nós. Parabéns a todos nós.

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Eu quero reconhecer, de público, que a primeira sugestão em relação a isso foi do Ver. Cassiá Carpes. Um dia, aqui, na entrada da Câmara de Vereadores, nos encontramos e ele trouxe esse assunto: “Por que nós não ajudamos, com o nosso orçamento, devolvendo esse dinheiro?” E eu, a partir disso, levei o assunto à Mesa, e, depois de a Mesa aprovar pelos Srs. Líderes, tornamos isso público. Então, Ver. Cassiá Carpes, feito o registro.

O Ver. Felipe Camozzato está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR FELIPE CAMOZZATO (NOVO): Muito obrigado, Presidente. Bom, eu gostaria de falar aqui e eu acho que represento muitos Vereadores ao fazer esta fala. Causou-me um grande desconforto ouvir declarações na rádio e na imprensa de que o atraso salarial dos servidores, ou mesmo a não votação do IPTU, que

passou do prazo, teria a responsabilidade a Câmara de Vereadores. E isso é uma mentira, é uma injustiça que o Governo comete, dando essas declarações, falando que a Câmara se negou a votar o IPTU no prazo, porque, por muitas vezes, tanto a base do Governo quanto a oposição e os independentes tentaram fazer votações, tentaram conseguir votos, tentaram colocar em votação, e, uma hora ou outra, uma parte ou outra não quiseram votar por não terem os seus votos. Aliás, se fosse pelo conjunto de Vereadores contrários ao IPTU, já teríamos derrubado esse projeto antes. Então, dizer que é culpa da Câmara não ter sido votado ainda o projeto do IPTU é uma injustiça com este Parlamento. E vou além: essa devolução de recursos vem em ótima hora. A Câmara já vem dando exemplos de austeridade, porque tem devolvido, ao longo dos anos, recursos. E neste ano quero destacar e parabenizar os Vereadores da Casa que estão fazendo uma economia recorde, especialmente das verbas de gabinetes. Nós recebemos, na Comissão de Finanças e Orçamento, o Observatório Social de Porto Alegre que atestou que quase a totalidade dos Vereadores desta Casa está gastando menos da metade dos recursos disponíveis de verba de gabinete, isso possibilita que o montante, que agora será devolvido à Prefeitura, seja ainda maior e ajude ainda mais a Prefeitura a honrar seus compromissos. Quero parabenizar inclusive nominalmente o Ver. João Bosco Vaz, o Ver. Ricardo Gomes, que, junto comigo, ocupam as primeiras posições na economia, mas todos os demais economizaram recursos muito mais significativamente do que a Câmara no geral vinha economizando nos últimos anos. Ou seja, se tem uma coisa que a Câmara está fazendo, Vereador-Presidente, é a sua parte nessa situação, tendo responsabilidade com recursos dos pagadores de impostos, possibilitando uma devolução antes da hora, que geralmente é feita no final do ano, abrindo um canal de diálogo, que foi aberto há meses, inclusive, para essa devolução, mas que agora recebe do Governo Municipal declarações, como eu ouvi pela imprensa, de que a Câmara estaria ocasionando o atraso de salários dos servidores por não ter votado o IPTU antes. Isso é um ultraje ao Parlamento. Eu fico extremamente desconfortável com isso, faço questão de vir pontuar aqui, muito embora eu concorde e tenha apoiado vários dos projetos de reforma que são necessários à cidade de Porto Alegre, do Governo Marchezan, eu não consigo ficar calado, e eu acho que aqui eu represento muitos dos Vereadores que estão indignados também de se verem responsabilizados por uma coisa que não têm responsabilidade. E que, por desorganização desse Governo que não conseguiu colocar em votação e não conseguiu ver aprovado um projeto que era aumento de carga tributária – como falamos desde o início, por isso combatemos. Então, quero deixar isso muito esclarecido aqui e, mais uma vez, saudar os Vereadores e também a Mesa Diretora da Câmara que fará entrevista coletiva aqui para deixar tudo bem esclarecido para a população que está acompanhando de fora, cujo interesse é saber se os serviços públicos serão reentregues, a quantas anda o dinheiro que está faltando para os servidores, para tapar os buracos da rua, enfim, para a ponta, porque disso nem o Governo Municipal nem a Câmara podem se ausentar do debate, e não é jogando a responsabilidade de um para cima de outro que a gente vai conseguir dar uma resposta a quem tem interesse, que é o pagador de impostos.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Obrigado, Ver. Camozzato.

O Ver. Roberto Robaina solicita Licença para Tratar de Interesses Particulares no período de 26 a 28 de setembro de 2018. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que aprovam o Pedido de Licença permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

O Suplente Luciano Victorino da Silva, em função da impossibilidade de os Suplentes Marcelo Rocha e Karen Santos assumirem a Vereança, assumirá no lugar do Ver. Roberto Robaina. Solicito ao Suplente Luciano Victorino da Silva que entregue seu Diploma e a Declaração de Bens a esta Mesa.

(Procede-se à entrega do Diploma e da Declaração de Bens.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Solicito que os presentes, em pé, ouçam o que o Suplente Luciano Victorino prestará a seguir.

SUPLENTE LUCIANO VICTORINO (PSOL): “Prometo cumprir a Lei Orgânica do Município de Porto Alegre, defender a autonomia municipal, exercer com honra, lealdade e dedicação o mandato que me foi conferido pelo povo.” (Palmas.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Declaro empossado o Ver. Luciano Victorino. O nome de V. Exa. já está aqui consignado, Luciano Victorino, V. Exa. integrará a Comissão de Urbanização, Transporte e Habitação – CUTHAB.

Seja bem-vindo, Vereador, que já faz parte da vida da nossa Casa e agora assume a sua cadeira.

O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Saúdo o nosso Presidente da Casa, Ver. Valter, colegas Vereadores e Vereadoras, público que está acompanhando a nossa Sessão nesta tarde. Em nome da bancada do PT, Partido dos Trabalhadores – Ver. Adeli Sell, Ver.^a Sofia Cavedon e Ver. Marcelo Sgarbossa –, queremos também nos manifestar com relação às declarações, sejam do Prefeito ou do Líder do Governo, ontem e hoje, nos jornais da Cidade. Porto Alegre está às escuras já há um bom tempo, toda esburacada e abandonada não é por causa da Câmara Municipal. Não é por causa da Câmara Municipal! Porque o papel da Câmara Municipal é, de fato, fiscalizar o serviço do Executivo. E nós percebemos que a maior parte das vezes, ao longo desses quase dois anos, o Governo transfere a responsabilidade para a Câmara, atacando os servidores públicos, querendo tirar direitos conquistados ao longo da sua trajetória de luta, de muitos e muitos anos, tentando destruir a máquina pública, falando em privatização do Carris, do DMAE, do Mercado Público, transferindo recursos municipais para auditorias, serviço terceirizados, para aluguéis de escritórios para as secretarias, deixando de cobrar de empresários mais de R\$ 2 bilhões, valores sonegados ou que estão para ser sonegados, seja de ISSQN ou até de IPTU; tenta forçar a Câmara a

votar, hoje ou em outros dias, projetos que, na verdade, atingem, ou atingiram, em alguns momentos, servidores públicos, e joga para a plateia, isto é, para o público, que quem não quer votar o IPTU é oposição. Está num dos jornais, dito pelo nobre Vereador Moisés, Líder de Governo, que a culpa é da Câmara, que a culpa é da oposição.

Quem está acompanhando sabe muito bem que quem tem tirado quórum ao longo de, no mínimo, dez sessões desses últimos dias foi a base do Governo, que não quer votar o IPTU. E hoje é um dia derradeiro, porque, se não votarmos hoje, o Governo não terá mais condições de implementar esse reajuste para o próximo ano. Então, a pressa em querer votar hoje o projeto de lei seria do Governo, e nós, da oposição, também queremos votar, mas queremos derrotar esse projeto, porque ele não dialoga com a própria fala do Prefeito quando ele transfere a culpa para a Câmara. Não é a Câmara que não quer votar, quem não quer votar é a base do Governo, porque é um projeto, claro, que onera a população. É um projeto que, na verdade, transfere uma carga tributária enorme quando quer atualizar a planta de IPTU aumentando inclusive o valor venal em 30% ao ano e, mais do que isso, acaba favorecendo os empresários quando reduz o imposto dos vazios urbanos e dá um desconto significativo para o Centro Histórico da Cidade.

Portanto, o Prefeito Marchezan dialoga com os ricos; é como diz o Janta: esquece ou odeia pobre, por isso não governa para a Cidade, tanto é verdade que acabou, por exemplo, com o Orçamento Participativo, onde a população dialoga com os problemas da sua comunidade, do seu bairro e decide ali o que ela quer. Então, este discurso está deslocado, meu nobre colega Líder, porque não é culpa da Câmara! A Câmara está aqui e, na maioria das vezes, quem não dá o quórum é a base do Governo. Por isso é bom deixar claro para a imprensa que ela tem que olhar o que acontece na Câmara de Vereadores e perceber, de fato, quem está ali presente e quem, na hora de votar para entrar na Ordem do Dia, se opõe e não está presente, isto é, está ausente. Portanto, nós, da oposição, fizemos um apelo, embora a sinalização do Presidente da Casa hoje seja positiva, quando o Prefeito pede o recurso para a Câmara, e a Câmara sinaliza positivamente, nós queremos, após esta coletiva, votar, sim, e derrotar o IPTU. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Obrigado, Vereador. Convido a Ver.^a Mônica Leal, o Ver. José Freitas, o Ver. Paulinho Motorista, o Ver. Mauro Pinheiro e o Ver. Cláudio Janta para estarem ao meu lado aqui no Salão Nobre, mas também estendo o convite aos demais Vereadores, para fazermos uma rápida entrevista coletiva e depois retornaremos à nossa Sessão.

Suspendo os trabalhos por quinze minutos.

(Suspendem-se os trabalhos às 14h33min.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB) – às 14h54min: Estão reabertos os trabalhos.

O Ver. Luciano Victorino está com a palavra, nos termos do art. 12 do Regimento.

VEREADOR LUCIANO VICTORINO (PSOL): Boa tarde a todos e a todas. Queria agradecer a presença da minha família aqui presente: minha tia, minha avó, meu pai; agradecer aos 1.734 votos dos porto-alegrenses que eu tive em 2016, após uma campanha muito difícil, uma campanha difícil porque tratamos de um tema difícil, e que ainda é, infelizmente, difícil à sociedade, que é a questão da discriminação do gênero, da sexualidade. Essas 1.734 pessoas, em 2016, tiraram o voto do armário, e esse foi o nosso slogan “tirar o voto do armário”, sair do armário e mostrar que, sim, os LGBTs existem, que os LGBTs estão hoje aqui ocupando o poder.

Também quero agradecer ao coletivo que eu faço parte, Juntos LGBT, que constrói a parada livre de Porto Alegre e que há alguns anos faz parte desse processo. No ano passado, infelizmente, foi o primeiro ano, em 20 anos de governos em Porto Alegre, que o Prefeito não apoiou a parada. Durante 20 anos tivemos a parada LGBT na Cidade com o apoio da Prefeitura nos mais diversos governos. Mas o governo do Nelson Marchezan Júnior chegou cortando todo o tipo de verba, uma verba não só para uma celebração de orgulho, mas muito mais do que isso. Movimenta a economia da Cidade, mas muito mais do que isso é uma parada onde a celebração do orgulho mostra que a população LGBT resiste em Porto Alegre. Uma parada que todo Estado se faz presente, uma parada que reúne mais de 50, 60 mil pessoas. Então eu assumo com o compromisso de cobrar esse posicionamento da Prefeitura, que sequer nos recebeu quando a gente esteve propondo reuniões, porque é uma prefeitura que infelizmente não recebe movimentos sociais.

Assumo também como o Vereador mais jovem aqui da Câmara. Vereador mais jovem, Vereador *gay*, assumidamente *gay*, e acho que isso pode trazer certo horror à ordem, porque a gente vê hoje os palácios de poderes ocupados por homens heterossexuais e mais velhos. E quando os LGBTs, as mulheres e a negritude têm assumido esses espaços de poder, isso tem causado horror. Não é à toa que em todo o Brasil vemos diversos movimentos em retrógrados tentando barrar. Mas neste anos, vamos fazer diferente: há certos conservadores que vemos nessa conjuntura nacional tentando nos tirar, tentando nos calar, tentando fazer com que não sejamos ouvidos, tentando nos oprimir, que assumam – assumam! – publicamente que são contra *gays*, que são contra lésbicas. Há um candidato concorrendo ao Senado que diz que essas pessoas são “tudo o que não presta”. Vamos mostrar que tudo o que não presta está aqui na Câmara Municipal; eu, que dizem que não presto, estou aqui ocupando a tribuna! E vamos continuar ocupando.

Por isso, quero deixar o convite a todos e todas a estão ouvindo pela rádio, aos que estão assistindo pela TVCâmara, a todos que estão aqui, a todos que estão nas redes sociais para participarem, no dia 29 de setembro, do ato #EleNão. O ato que está sendo construído em todo o Brasil, o ato que vai ocupar as ruas de todo o Brasil contra

ele, contra ele que não quer deixar que a gente fale, contra ele que quer nos oprimir, contra ele tem esse combate e vamos mostrar, nas ruas – as mulheres, a negritude, o LGBT –, que não há espaço para essas ideias no Brasil. Não tem espaço e não vai ter! Porque, diferentemente dos Estados Unidos, onde um conservador assumiu, aqui a gente vai dar a resposta: as mulheres já têm dado, na primavera feminista, e os LGBTs vão ser linha de frente; aqui em Porto Alegre, nós vamos ser linha de frente, nós vamos ocupar esses espaços nas ruas e não vamos dar espaço para eles.

Para concluir, eu queria prestar contas do que temos feito, porque embora seja eu que esteja assumindo, temos apresentado nossas propostas pelos mandatos do Roberto Robaina, do Prof. Alex Fraga e da Fernanda Melchionna. É por meio desses mandatos que os projetos que trouxemos para a campanha eleitoral de 2016 foram apresentados. Projetos como um orçamento de R\$ 300 mil para a construção de uma política voltada à população LGBT. O orçamento foi aprovado. Foi aprovado e até hoje não foi executado. Foi aprovada a votação do orçamento e a gente faz a cobrança aqui de que seja executado, que Prefeitura Municipal de Porto Alegre, que a Secretaria Municipal de Porto Alegre, execute...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Presidente concede tempo para o término do pronunciamento.)

VEREADOR LUCIANO VICTORINO (PSOL): ...Concluo, e quero agradecer muito a todos aqueles que em 2016 fizeram parte da construção dessa candidatura, que não foi uma candidatura somente minha, foi uma candidatura coletiva. Está aqui a Tainá, o Wellington Almeida, Gabriele Tolotti, diversos militantes do Juntos, e do Juntos LGBT que estiveram lado a lado comigo panfletando dia e noite nesta Cidade, e é assim que a gente quer continuar nas ruas ocupando esses espaços, ocupando espaços de poder e mostrando que aqui, hoje, é um marco: um Vereador *gay* assumindo na Câmara Municipal, como todos os outros que aqui estão, e é assim que vai continuar, e nós vamos aumentar nossos espaços cada vez mais. Obrigado. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): O Ver. André Carús está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR ANDRÉ CARÚS (PMDB): Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, público que nos assiste, quero aqui fazer um desafio para o cidadão que ouve agora esse discurso, ou vai ouvir depois, aos colegas Vereadores e também ao Governo Municipal. O Secretário da Fazenda esteve aqui há poucos dias, na Comissão de Economia, Finanças e Orçamento, e atribuiu à defasagem das planta de valores do IPTU uma das causas para o déficit que a Cidade enfrenta atualmente. Nós também, ontem e hoje, pela imprensa, fomos responsabilizados pelo Prefeito e pela sua base de

apoio por não darmos quórum para que fosse votada a planta de valores do IPTU. Não foram poucas as vezes que a própria base do Governo retirou o quórum. E nós também aprovamos nesta Casa um orçamento, de 2017 para 2018, com cerca de R\$ 700 milhões de déficit, e vai vir para cá agora, no mês de outubro, já veio a LDO, a Lei Orçamentária Anual – LOA, para 2019, com um déficit de R\$ 400 milhões a mais, um déficit projetado de R\$ 1,1 bilhão. Então, tem que ter alguma coisa errada aí, ou a gestão se assume incompetente, ou para de responsabilizar os Vereadores por aquilo que não consegue aplicar. Não foram poucos os projetos que repercutiram positivamente na receita municipal, de autoria do Executivo, aprovados por esta Casa, e aí o Prefeito vem dizer que são os Vereadores que faltam com a Cidade? Não! É a sua gestão que falta aplicar o que nós aprovamos aqui, inclusive passando para ele um cheque em branco – vários cheques em branco, um talão de cheques em branco! – para que ele pudesse implementar... Cito vários projetos, e isso vai subsidiar inclusive um Pedido de Informações, Ver. Cecchim, porque nós aprovamos aqui várias coisas e nós não sabemos, de fato, quanto o Município economizou; será que com a reforma administrativa, que reduziu 16 secretarias, não se está gastando mais do que já gastava, pois as autarquias não deixaram de ser autarquias, as empresas públicas não deixaram de ser empresas públicas? Cito aqui, além da reforma administrativa, a autorização para o empréstimo para conclusão das obras da Copa, R\$ 120 milhões, e não tem nada acontecendo, disseram que daqui a 30 dias vão retomar; realocação de recursos para finalizar outras obras, foi votado na segunda-feira; criação do Cadin municipal, para facilitar a cobrança dos devedores; melhoria da gestão fiscal na Capital em função do setor da receita; o Refis, que já resultou em quase R\$ 70 milhões, Ver. Ricardo, em renegociações, e boa parte desses recursos já entraram nos cofres municipais; a devolução que houve, hoje, há pouco anunciada pelo Ver. Valter, antecipadamente, e também na gestão do Ver. Cassio Trogildo; a alíquota mínima de 2% do ISS; o recorde registrado no recolhimento do ISS do final do ano passado para cá. Então, já entrou na receita municipal mais de R\$ 1 bilhão a partir de projetos que nós aprovamos aqui na Câmara e nós não temos ainda a clareza, por parte do Governo Marchezan, de como estão sendo implementadas as políticas daquilo que ele mesmo propôs, e continua a Cidade deixando a desejar, principalmente nos serviços. Pode não ser o suficiente, Ver. Valter, mas boa parte dos R\$ 15 milhões que a Câmara devolve hoje vai contribuir para a Operação Tapa-Buracos. Aliás, queria fazer um desafio aqui também para encerrar: vi que o candidato a governador, que representa o projeto do Governo de Porto Alegre no âmbito estadual, foi para a *freeway* ver os buracos e o quanto fez mal a saída da concessão com a Concepa. Ele pode pegar o seu correligionário e percorrer as ruas de Porto Alegre para conhecer os buracos da Cidade, para ver como são mal administrados os serviços da Cidade. É um belo exemplo. Eu deixo aqui esse desafio para que ele também faça isso, não só na *freeway*. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Obrigado, Ver. André Carús. Solicito ao Ver. José Freitas que assuma a presidência dos trabalhos.

(O Ver. José Freitas assume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (PRB): O Ver. Moisés Barboza está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR MOISÉS BARBOZA (PSDB): Boa tarde, Sr. Presidente, colegas, porto-alegrenses que nos acompanham na tarde de hoje. Eu subi a esta tribuna a pedido, inclusive, de alguns colegas. Quero, na realidade, pedir um pouco de atenção, inclusive do Ver. João Bosco Vaz, e quero responder ao Ver. Oliboni, para deixar claro: saíram, em um veículo, como o Ver. Oliboni fez referência, palavras que não foram ditas por este Vereador. Foi a interpretação do jornalista, com quem nós já entramos em contato para deixar claro que, na nota publicada ontem, Ver. Oliboni, não diz, em nenhum momento, que eu estaria criticando a oposição e alguns independentes por articulações de não votar o projeto do IPTU. Os Vereadores que estão fazendo força para reprovar, para derrubar, que estão votando contra o projeto, querendo ou não, na minha visão, vão fazer com que nós não possamos ter um projeto que, no meu entendimento, respeitando os demais, não é um projeto, como disse um Vereador aqui, o Ver. Cláudio Janta –, fui orientado pelos meus colegas a não deixar de citar o nome para não cometer injustiças –, que eu lamento que não esteja aqui... Eu já aproveitei e rebato a sua afirmação da última Sessão, Ver. Pablo, quando chamou o projeto do IPTU de um projeto safado. Eu fui chamado na Administração Municipal por vários servidores do quadro municipal, responsáveis por esse projeto; não é um projeto desta gestão – todos sabem aqui –, muitos servidores públicos, do quadro de carreira, participaram da montagem desse projeto. Esses servidores não são pessoas safadas, são pessoas que defendem, no seu entendimento, a revisão da planta de valores. Não vamos baixar o nível a esse ponto, porque é um momento eleitoral, para chamar a atenção, tem mídia, e converter isso em votos. Então, eu faço aqui essa defesa de que a gente tenha cuidado com o uso das palavras, da mesma forma, Vereador, que eu fiz esse pedido para que não houvessem interpretações erradas em jornais, porque eu, e quero deixar muito claro, tenho uma visão de que esse projeto, se for banalizar a discussão, porque alguns... E detalhe, quem quer votar contra o projeto, eu vejo que temos pessoas que querem derrubar o projeto por uma questão ideológica, mas têm outros que, sim, por uma questão política. Aí, transformar isso apenas num discurso que, para mim, eu acho fácil: “Ah, é um projeto de aumento de imposto!” Para mim, eu posso subir aqui e dizer que o projeto da revisão da planta é de diminuição de imposto! Mas como, Moisés? Sim, se mais de 50% dos porto-alegrenses vão ter o seu IPTU mantido, reduzido ou isento, eu posso subir aqui, mas não faço isso, vocês são testemunhas, porque eu acho que é um argumento muito superficial subir aqui e dizer isso dessa forma. A gente entende que outros vão ter a sua revisão majorada. Então, eu queria esclarecer aqui, perante esta Casa, que em nenhum momento eu disse sobre manobras de retiradas, porque isso tem

sido feito, sim, inclusive por este Vereador que está falando aqui, porque eu temo que um projeto importante como esse, por causa do momento eleitoral, seja a toque de caixa, derrotado, impedindo que a gente faça um debate mais profícuo. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

VEREADOR ANDRÉ CARÚS (PMDB): Pelo que eu entendi do pronunciamento do Ver. Moisés, o Governo retirou o projeto do IPTU?

(Aparte antirregimental do Ver. Moisés Barboza.)

VEREADOR ANDRÉ CARÚS (PMDB): Não? Mas é o entendimento que ficou, que o Líder do Governo retirou o projeto. Não? Então acho que temos que votar.

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (PRB): A Ver.^a Berna Menezes está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA BERNA MENEZES (PSOL): Sr. Presidente; Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores; assistência que nos honra hoje, meus companheiros que me ajudaram muito a estar aqui. Quero me reportar principalmente à questão que entraremos em debate hoje. Na verdade, cheguei aqui na segunda-feira e me deparei com esse debate sobre o IPTU. O Ver. Prof. Alex me colocou a par, assim como a assessoria da nossa Bancada, passando todo o estudo feito em relação ao IPTU, e a primeira coisa que vi foi o inverso do que está sendo falado: o Prefeito acusa esta Casa de protelar o debate sobre o IPTU e, na segunda-feira, demos quórum e mudaram a Pauta! Então, não dá para enganar a população de Porto Alegre sobre o que estamos discutindo. Aqui há um debate sério sobre um Prefeito irresponsável, que está abandonando a Cidade, e, agora mesmo, o Presidente Valter deu uma entrevista, e de forma muito correta, disse que esta Casa colocou à disposição da Prefeitura verba para tapar os buracos da Cidade – que são uma vergonha. Eu disse para os nossos colegas da TVCâmara que, quando eu cheguei nesta Cidade, me encantei, porque parecia um pedacinho da Europa no Brasil – estou há quase 30 anos aqui. Hoje, o que podemos falar de Porto Alegre? Porto Alegre está esburacada, abandonada, os parques abandonados; então, essa pequena Europa que existia aqui foi destruída; a população de rua cada vez maior. A Cidade, assim como o Estado, é vítima de uma política econômica nacional que tem destruído o nosso País, aumentando o desemprego em quase 30 milhões de pessoas, são famílias abandonadas por causa do desemprego, crianças e adolescentes sendo adotados pelo narcotráfico. E estamos virando as costas para essa realidade! Por isso que a violência aumenta, e não adianta botar só brigadianos nas ruas – isso não resolve a questão; não adianta armar a população, porque só vai aumentar o número de mortos. Nós somos campeões em número de pessoas mortas por violência, morrem mais brasileiros vítimas de violência no Brasil do que na guerra da Síria. Então, não é possível admitir uma situação como essa, não é

possível que a nossa juventude esteja sendo assassinada nas ruas, nas periferias de Porto Alegre, e nós viremos as costas para essa situação. Nós temos que fazer essa discussão mais de fundo, porque há um irresponsável na Prefeitura, que responsabiliza os Vereadores desta Casa pela sua incompetência. Nós temos que dizer e colocar o dedo na ferida. Aqui há um esforço, sim, para fazer o debate, há um esforço para haver a discussão. O Presidente acaba de dar uma entrevista na imprensa colocando o esforço que esta Casa fez de poupar, inclusive, ajudando a Prefeitura. E o Prefeito, o que faz? Responsabiliza os Vereadores, responsabiliza esta Casa. Cuidado, população de Porto Alegre, com essas carinhas bonitas que apareceram na campanha, falando naquela época que eram contra impostos e agora estão majorando impostos. Essas carinhas bonitas que disseram que iam transformar Porto Alegre em uma grande coisa, transformaram em uma cratera, porque todas as ruas estão esburacadas. Concluindo, nós não podemos virar as costas para o povo brasileiro, para a população de Porto Alegre, e temos que dizer a verdade sobre o que está acontecendo. Tinha que haver um grande movimento das Prefeituras, do Governo do Estado, em relação à União. Um Presidente que tem 3% de aprovação e está levando o País para o buraco. Agora, ele diz que vai retirar as tropas do Rio de Janeiro, que mostraram que foi um fracasso total – aquela intervenção no Rio de Janeiro, como nós dizíamos, Sgarbossa, que ia acontecer isso, e aconteceu. Qual é o balanço? Gastaram milhões, mataram um monte de gente e não resolveram a questão do Rio de Janeiro, e até hoje não sabem quem matou Marielle. Então, é isso que está acontecendo no Rio de Janeiro, e é essa política de segurança que querem aplicar aqui. São mais brigadianos, são mais policiais, são mais armas...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Não revisado pela oradora)

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (PRB): Obrigada, Ver.^a Berna. O Ver. Marcelo Sgarbossa está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pela oposição.

VEREADOR MARCELO SGARBOSSA (PT): Boa tarde a todas e todos. Primeiro, quero agradecer à Ver.^a Sofia Cavedon, que está como Líder da oposição, por ceder este espaço, este espaço aqui que representa os dois partidos identificados como oposição formal nesta Casa, reconhecendo que há independentes e há outros Vereadores que também adotam a postura oposicionista nesta Casa. Quero parabenizar o Luciano pela assunção ao cargo. Acho que é bem isto a fala do Luciano: o espaço da liberdade tem que estar também no Parlamento. E a tua representação aqui, assim como a da Berna, que assumiu segunda-feira, mostra que nós precisamos avançar. Acho que sábado que vem haverá uma grande manifestação no Brasil que vai mostrar que nós não podemos retroceder em direitos, em conquistas, em liberdades. Então, a tua assunção como a da Berna, como Vereadores aqui, representa esse avanço e essa resistência aos retrocessos.

Eu quero falar de um tema que talvez muitos Vereadores aqui se sentirão surpresos ao ouvir. Como confiar no Prefeito? Quando se fala no IPTU, uma das falas mais fortes, acredito eu, é que não dá para confiar, porque, se aprovadas as emendas, ninguém sabe, ninguém confia se o Prefeito vetará ou não as emendas. Essa crise de confiança é representada num decreto de poucos dias atrás, Ver. Bosco. O Prefeito perdeu a lei dos fundos aqui na Câmara, perdeu por ampla maioria – eu não lembro do placar, mas não foi apertada. Foi nossa a vitória. O Prefeito queria retirar o dinheiro dos fundos para botar num fundo que ele administrasse, ou seja, ignorando todas as lutas sociais e tudo que cada fundo específico representa de uma luta e de uma conquista histórica na Cidade. O Prefeito perdeu o projeto, perdeu a votação na Câmara. O que ele faz? Deveria reconhecer que a cidade de Porto Alegre, através da Câmara Municipal, de seus representantes eleitos, não quer que o Prefeito tire o dinheiro dos fundos. Pois bem, ele faz um decreto, Decreto nº 20.061, de 13 de setembro de 2018, em que ele aplica a desvinculação das receitas correntes do Município, justamente seguindo o ADCT, art. 76, bem recentemente aprovado, que trata da desvinculação dos recursos, inclusive colocando no art. 2º, inciso II, os fundos administrados pelo Executivo Municipal. Ou seja, o Prefeito, depois de perder – perder, estou repetindo, para deixar claro – a votação aqui dentro, portanto seria esse o recado político, deveria ter entendido que a Cidade não quer terminar com a política dos fundos, faz um decreto em que aplica o ADCT – Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, recentemente aprovado – que permite a desvinculação das receitas. E, nesse decreto, ele coloca textualmente a questão dos fundos do Município. Então, nós estamos, mais uma vez, vendo um Prefeito em que não é possível confiar. Falava que o lugar do debate era na Câmara, eu me lembro muito dessa fala no ano passado, quando nós estávamos discutindo os temas do funcionalismo e dizíamos que tinha que ter discussão – e o funcionalismo ainda reivindica uma mesa de negociação –, ele dizia que o lugar do debate era na Câmara. Pois bem, o debate vem para cá, a base não dá quórum, no caso do IPTU, agora, várias vezes fez isso, e quando perdem um projeto de lei, como foi a questão dos fundos, apresenta em forma de decreto. Então fica esse registro para que fiquemos atentos, acho que há possibilidade de apresentar medidas legislativas para revogar esse decreto, mas temos de estar atentos a um Prefeito que, justamente, diz que o debate é aqui, mas quando perde vai para o decreto, não abre negociação com os servidores e isso a Cidade está vendo, está notando que o Prefeito Marchezan efetivamente ataca a Cidade de todas as formas. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (PRB): Obrigado, Ver. Marcelo Sgarbossa. O Ver. Mauro Pinheiro está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR MAURO PINHEIRO (REDE): Cumprimento o nosso Ver. José Freitas que preside esta Sessão, demais Vereadores e Vereadoras, é importante a devolução de recursos da Câmara Municipal de Porto Alegre, hoje, pela Mesa Diretora e demais Vereadores representados pelo Presidente Valter Nagelstein. Quero dizer que

também me sinto orgulhoso de fazer parte da Mesa, mas também de saber que parte dessa devolução vem de programas de foram adotados a partir da minha gestão. Eu não vou falar dos presidentes anteriores à minha gestão, mas sim da minha gestão em diante; não estou dizendo que outros presidentes não tiveram as suas medidas. Em 2015, nós tomamos várias medidas, como Presidente desta Casa, como a instalação de ponto e revisão de diversas ferramentas também instaladas na Casa, fizemos a devolução de veículos da Câmara para a Guarda Municipal; o Ver. Cassio Trogildo, que assumiu em 2016 e 2017, também deu continuidade a esse trabalho de austeridade na Câmara, e em 2018 o Ver. Valter deu continuidade. Então isso mostra a responsabilidade da Câmara de Vereadores de Porto Alegre, não só dos presidentes, mas dos Vereadores como um todo, pela economia que nós temos feito dentro dos nossos gabinetes durante esses últimos anos, sabendo da crise financeira que o Município enfrenta que não é dos dias de hoje, nem deste Governo; sabemos que essa crise econômica vem se alongando, atingindo o Governo Federal, depois o Governo Estadual, chegando no Município de Porto Alegre. Na época, como Presidente da Casa, a gente já falava que se não tomássemos medidas de austeridade, não só na Câmara, como na Prefeitura de Porto Alegre, esta crise financeira chegaria no Município, o que hoje já é uma realidade, infelizmente. Então, nós, como Vereadores, estamos fazendo nossa parte, mas digo que se temos hoje essa dificuldade no Município, também é fruto, ao longo de muitos anos, de a gestão do Município não ter tido a preocupação em ter um controle maior da gestão financeira, Ver. Moisés. Agora chegou o momento que o Prefeito que assume pega uma Prefeitura com diversas dificuldades.

Quanto aos fundos municipais – que muito se discutiu aqui, e se votou contrariamente aos fundos –, eles foram utilizados, e hoje, a Prefeitura Municipal de Porto Alegre tem uma dívida de mais de R\$ 200 milhões com esses fundos que foram utilizados de forma, não sei se totalmente indevida, mas em locais, Ver. Marcelo, que não deveriam ter sido utilizados, inclusive para pagar contas que não deveriam, por isso hoje o Município tem um grande problema, tem uma dívida com os fundos sem recursos nem para pagar os funcionários. E com a não aprovação deste projeto, temos uma dívida com os fundos que não conseguimos pagar, e isso ainda vai dificultar, por causa do score, desta forma o Município vai ter dificuldade, inclusive, de buscar financiamento. Por isso, era importante a aprovação daquele projeto dos fundos, mas infelizmente os Vereadores talvez não tenham entendido porque duvido que algum Vereador aqui seja contra o Município ou queira o pior para ele, mas a não aprovação desse projeto vai nos trazer dificuldade inclusive de trazer recursos para Porto Alegre.

Quanto à aprovação ou não do projeto do IPTU, faz parte do jogo, da política e do parlamento, votar ou não um projeto, conforme o momento adequado. Se o Governo tem feitos movimentos para não votar o projeto do IPTU, o qual o Governo acha necessário para a Cidade, inclusive para obter recursos para pagar a folha de pagamento dos funcionários, aqueles que defendem os funcionários, que querem o pagamento em dia, impedem de melhorar as condições financeiras do Município não aprovando projeto. Agora, votar ou não votar o projeto em determinado momento depende da estratégia do Governo e, muitas vezes, o Governo alonga o prazo tentando

convencer os Vereadores a votar o seu projeto. É óbvio que o Governo não vai tentar colocar um projeto para votar sabendo que naquele momento não tem como vencer o projeto. Então, vai dialogando com os Vereadores, tentando buscar o melhor momento para se aprovar o projeto, e discutindo e tentando convencer, sendo possível, através do diálogo.

Realmente, aqui, Ver. Aldacir Oliboni, o Parlamento é o local do diálogo. O diálogo é no Parlamento. Agora, a gestão não é nossa, a gestão é do Prefeito e ele pode ser responsabilizado pela gestão, mas nós podemos ser responsabilizados também por não votar projetos que são importantes para a Cidade. Muitas vezes os Vereadores julgam, podem votar contrariamente ou favoravelmente, depende de cada um, da sua consciência. Eu procuro votar favoravelmente aos projetos que julgo serem necessários. Agora, infelizmente, a política está muito polarizada e alguns preferem o pior para a Cidade para que, talvez, possam tentar voltar ou ganhar a Prefeitura no futuro. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (PRB): O Ver. João Bosco Vaz está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR JOÃO BOSCO VAZ (PDT): Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, ouvi atentamente os colegas que me antecederam nesta tribuna em relação a questão do IPTU. Primeiramente, gostaria de dizer ao Líder do Governo, meu amigo, Ver. Moisés Barboza, que esse projeto não está aqui para ser votado a toque de caixa – V. Exa. falou aqui que nós queremos votá-lo a toque de caixa. Este projeto está aqui há muito tempo, e quem pediu urgência não fomos nós, foi o Sr. Prefeito. Então, o senhor comete uma injustiça conosco dizendo que nós queremos votar a toque de caixa. Não, nós queremos votar porque hoje é o último dia para poder valer para o próximo ano.

Além disso, não há posição política em relação a essa situação do IPTU. Existe uma realidade econômica e financeira. As pessoas não têm 30% para pagar um aumento de IPTU, que depois aumentará mais 30% e depois mais 30%, sendo percentual sobre percentual, vai a quase 100%. Quem tem condições? E também quase 60% das residências terão aumento de IPTU! Não é verdade? Os dados foram colocados aqui, não é verdade?

Mais ainda, Ver. Moisés – gostaria que o senhor me ouvisse –, não há má vontade, tanto que eu sei que o Ver. Pujol falou para que V. Exa. propusesse ao Sr. Prefeito 10% ao ano para que a gente faça esse aumento em 10 anos. E V. Exa. falou com o Prefeito, e o Prefeito disse que não, ou era como ele queria ou não era. Então, não há um confronto, não há falta de vontade. A planta está defasada? Está defasada. Agora, nós podemos reajustar essa planta em 10 anos, por que não? A inflação é 3,5% – 10%, em 10 anos, se dilui, as pessoas vão entender. O que nós queremos e vamos derrotar hoje aqui é exatamente a maneira como esse projeto foi colocado e pelo alto

percentual do aumento que se quer dar à população. Ninguém suporta mais pagar aumento de imposto. Ninguém tem grana para pagar aumento de imposto. As pessoas estão lutando para poder encher as latinhas em casa, para poder botar arroz, feijão, botar comida na mesa. A crise não é somente moral neste País, não é somente a política, provavelmente a maior crise seja a econômica. Então, não dá para politizar essa disputa aqui, não é isso, nós entendemos que a planta está defasada. Agora, como está o projeto, será derrotado. E outra coisa que já falei antes, o Prefeito precisa da Câmara, vem aqui e pede R\$ 15 milhões, e todas as economias que nós, Vereadores, fizemos aqui, uns mais, outros menos, possibilitaram que o Presidente Valter destinasse esse valor. Mas o Prefeito, ontem, nos atacou de novo, é um covarde que não vem aqui! Usa a tribuna aqui! Depois ele diz que o Vereador é covarde, que o Vereador é preguiçoso, que o Vereador é isso, até com palavrão nos trata. Então, este Prefeito é um covarde, é um medroso, porque não vem aqui e fala: “Ó, vocês aí são culpados!” Eu não concorri e nem prometi em campanha a Prefeito que eu não iria aumentar imposto, foi a campanha mentirosa que ele fez! Oh, Ver. Moisés, me dá o tempo aqui da situação. Ah, tu vais usar para fazer a réplica. Moisés, tu vais usar a tribuna para me responder, mas tu não tens resposta para isso, tudo que estou dizendo aqui é a realidade. Nós somos irmãos, nós somos amigos, teu Prefeito mentiu para a população, teu Prefeito não tem diálogo com ninguém, teu Prefeito fala mal de nós todos os dias, culpa a Câmara todos os dias! O teu Prefeito, ontem, foi para a imprensa atacar os Vereadores e hoje veio aqui pedir dinheiro! Então, Moisés, vamos falar agora politicamente, o Ver. Moisés e o Ver. Bosco, que são amigos iguais, por mais que queiras justificar aqui, eu se fosse tu o Líder do Governo, nem vinha aqui vergonha, porque o que eu estou dizendo aqui, não estou atacando o Governo, estou aqui dizendo a realidade que todos...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE JOSÉ FREITAS (PRB): Obrigado, Ver. João Bosco Vaz. O Ver. Moisés Barboza está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pelo Governo.

VEREADOR MOISES BARBOZA (PSDB): Presidente, colegas, todos os que nos acompanham, obviamente eu não poderia deixar de subir aqui para, com a maior tranquilidade do mundo – eu não vou brigar, não vou elevar ânimos –, responder, respeitando as opiniões divergentes, e dar a minha opinião aqui para não deixar sem resposta o Ver. João Bosco.

Em primeiro lugar, em nenhum momento, eu disse que o projeto seria... Podem pegar as notas taquigráficas, eu falei em “derrotar o projeto a toque de caixa”. Porque eu, ontem – ontem! –, notei uma vontade em relação a isso: “Vamos derrotar logo este projeto”. Isso é justo, para quem não concorda com o projeto, mas eu não disse que este projeto está verde. O projeto está há bastante tempo aqui, é conhecido de

todos os Vereadores. Inclusive eu disse que existem os contra o projeto por posição ideológica, mas também tem os que estão contra por questões políticas, eleitorais inclusive.

Em segundo lugar, a proposta que o Vereador que me antecedeu disse que foi levada ao Prefeito foi uma proposta defendida pelo Ver. Pujol, também pela bancada do PMDB, diretamente ao Prefeito pelo Ver. Mendes Ribeiro, e, em nenhum momento, o Prefeito rechaçou. Desculpe-me dizer, mas o Ver. João Bosco Vaz está mal informado. Em nenhum momento o Prefeito disse para mim que “Não, não, se não for...” Isso não aconteceu. Nem comigo e tenho certeza de que nem com o Ver. Mendes Ribeiro.

O João Bosco disse: “Como está o projeto, vai ser derrotado”, por isso não queremos que ele seja derrotado a toque de caixa! Justamente por isso! Nós queremos discutir, ver propostas, ver emendas, discutir as do Pujol, as da bancada do PMDB, mas, num momento eleitoral, a gente sabe que isso será difícil, muito difícil. Gente, aqui dentro todo mundo sabe disso. “O Prefeito atacou ontem.” Vereador, quero deixar claro que eu estava no momento em que o Prefeito relatou ao Gabriel, da Gaúcha, e a vários outros repórteres, ao fim da cerimônia da Feira do Livro – que alguns continuam dizendo que vai ser cobrado; não será cobrado, eu estava na cerimônia –, ele disse sobre os R\$ 200 milhões, sobre os R\$ 500 milhões, sobre a situação de calamidade que nós estamos, que não conseguimos pagar os nossos servidores, que não conseguimos tapar todos os buracos – temos um colega que está lá, o Ver. Luciano Marcantônio, tentando fazer de tudo, sem recursos, sem fornecedores... –, ele falou da situação e o que ele disse sobre esta Casa, vão me desculpar, não é um ataque. Ele disse que, se fossem aprovados os projetos que estão aqui, poderiam tirar Porto Alegre desta situação ou amenizar. Isso é uma verdade. Podem aqui não concordar com a forma, democraticamente. Bom, hoje eu vi que o que está no jornal não traduz o que eu disse na minha nota pública. Então, me desculpe, o senhor, como jornalista, deve saber que erros acontecem: do que o senhor fala, do que o jornalista interpreta e do que a pessoa que está lá lê ou ouve.

Por último, quero dizer que eu não tenho nenhuma vergonha de ter a tarefa de estar aqui no meu primeiro mandato como Líder do Governo, porque eu estou junto com grandes Vereadores que ajudam muito, com a intenção de discutir os problemas de Porto Alegre acima dos interesses eleitorais, não dependendo de ser no momento eleitoral. É um desafio grande, mas eu tenho muito orgulho e posso deixar muito claro aqui que tenho orgulho de enfrentar esses problemas com toda a seriedade e compartilho desse orgulho no mesmo nível dos Vereadores do PMDB que têm o orgulho de apoiar o Governo Estadual que também passa por uma crise e enfrenta, com transparência e dizendo a verdade: não ao populismo. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Valter Nagelstein reassume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB) – às 15h42min:
Havendo quórum, passamos à

ORDEM DO DIA

Apregoo e defiro Requerimento de autoria do Ver. Mendes Ribeiro, solicitando retirada de tramitação da Emenda nº 02 ao PLCE nº 005/18.

VEREADOR MOISÉS BARBOZA (PSDB) (Requerimento): Sr. Presidente, apresento o seguinte Requerimento (Lê.): “O Vereador-Líder do Governo, Moisés Barboza, vem à presença de V. Sa., em cumprimento ao Regimento Interno da Câmara de Vereadores, nos termos dos artigos 113 e 94 requerer o que segue: o Projeto de Lei Complementar de autoria do Poder Executivo nº 007/18 que trata da instituição da previdência complementar do Município de Porto Alegre foi aprovado em plenário, sob o regime de urgência, no dia 06/08/2018. Conforme determinação regimental, especificamente no art. 115, está determinado que a redação final será elaborada em três sessões ordinárias consecutivas, a contar da aprovação do projeto, em caso de urgência. Nesse sentido, encerrado o prazo regimental para a elaboração da redação final do respectivo projeto, tendo em vista que o mesmo já se encontra na Comissão de Constituição e Justiça e com fundamento no art. 94, vem requerer ao plenário que seja, a presente votação, submetida ao plenário.” Traduzindo: nós temos aqui as datas, e temos uma, duas, três, quatro, cinco; até o dia 7 de agosto a CCJ teve cinco sessões; ou seja, acima de três sessões. E nós estamos com um grave problema, porque nós temos que aprovar a redação final, senão ela não vai para o Executivo. Então, antes de nós acirramos os ânimos e discutirmos o projeto que está em pauta, da revisão da planta de valores, nós queremos pedir ao plenário que, regimentalmente, aprovemos a redação final, para que o Executivo possa fazer o seu trabalho.

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Eu recebo o seu Requerimento, Vereador Moisés, encaminho à Diretoria Legislativa para orientação, e, longo em seguida, submeto, conforme V. Exa. está pedindo, ao plenário. Está bem? Muito obrigado.

VEREADOR MOISÉS BARBOZA (PSDB): Quero também oficializar à Câmara de Vereadores que acabei de receber a informação de que foi protocolado na Casa o pedido de retirada de urgência ao projeto de revisão da planta de valores. Está protocolado na Casa.

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Diante da informação do Vereador, suspendo a Sessão por cinco minutos.

(Suspendem-se os trabalhos às 15h45min.)

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB) – às 15h49min: Estão reabertos os trabalhos.

Aprego Ofício nº 818/18-GP, assinado pelo Sr. Prefeito Municipal, do dia 19 de setembro de 2018 – 19 de setembro é a data, hoje estamos no dia 26. (Lê.): “Ao cumprimentá-lo cordialmente, vimos solicitar a retirada do regime de urgência no PLCE 005/18 (atualização da planta genérica de valores do IPTU).” Está apregoadado, o projeto é do Governo, portanto está retirado o regime de urgência do projeto.

Voltamos à questão seguinte que eu estou tentando articular com as lideranças. Nós passaríamos, imediatamente, à votação do processo da licença-prêmio dos servidores, que está em regime de urgência. Também está albergado no mesmo regime de urgência a renovação de votação das duas emendas dos processos do Cadin. Eu, imagino – e, aí, eu consulto os Líderes – que seja mais fácil resolver o assunto do Cadin do que o da licença-prêmio, que é um assunto mais polêmico, porque há diferentes opiniões. Proponho um acordo para nós votarmos o assunto do Cadin, inclusive sem discussão. Se os Vereadores concordarem, a gente avança no projeto do Cadin. Vou frisar, de forma muito clara, Ver.^a Sofia, que vou me valer da prerrogativa que podem dizer que é antidemocrática, mas é tarefa do Presidente: se não ficarem, na tribuna, adstritos ao tema que está sendo discutido, que é o do Cadin, eu vou cortar o microfone. Ver.^a Sofia, eu estou propondo, para resguardar a questão da licença-prêmio, que seja discutida à parte, porque o projeto do Cadin não tem discussão.

Esta Presidência faz um Requerimento solicitando a alteração da ordem da priorização de votação, para que possamos, imediatamente, passar à discussão e votação do PLE nº 002/18. Após retornaremos à ordem normal.

Em votação o Requerimento de autoria desta Presidência. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**.

REQUERIMENTO – VOTAÇÃO

(encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)

REQ. S/Nº – (Ver. Cláudio Janta) – requer renovação de votação da **Emenda nº 03 ao PROC. Nº 0589/18 – PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº 002/18**, que institui o Cadastro Informativo de créditos não quitados do Município de Porto Alegre (CADIN/POA).

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Cassio Trogildo, o Requerimento s/nº, de autoria do Ver. Cláudio Janta, que requer renovação de votação da Emenda nº 03 ao PLE nº 002/18. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 14 votos **SIM** e 12 votos **NÃO**.

VEREADOR AIRTO FERRONATO (PSB): Presidente, eu voto “sim”.

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Registro a sua intenção de votação.

VEREADOR AIRTO FERRONATO (PSB): É só intenção?

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): É só intenção.

VEREADOR AIRTO FERRONATO (PSB): Então, nunca mais a Mesa vai fazer essa questão, V. Exa. sempre disse assim, sempre perguntou: “Alguém não votou?”

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): É verdade, Vereador, me desculpe, todos nós somos falíveis.

VEREADOR AIRTO FERRONATO (PSB): Está desculpado. Só queria fazer o registro.

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Eu não tenho como estar prestando atenção permanentemente, são vários assuntos. Eu, infelizmente, encerrei. Eu me comprometo de não fazer mais, foi apenas uma desatenção.

VEREADOR MAURO PINHEIRO (REDE): Quem sabe o senhor faz uma nova votação para contemplar os Vereadores, Presidente?

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): A votação foi válida. Muito obrigado, e a votação do Vereador não alteraria o resultado.

VEREADOR AIRTO FERRONATO (PSB): O Ver. Mauro foi de uma infelicidade, de uma falta de respeito. Desculpe-me, uma falta de educação. Não pode o Vereador ficar aqui tentando ridicularizar a Câmara. Não pode! Eu tenho 30 anos de Vereador e não gosto dessas bobagens de gente que se acha o mais bonito da festa e não passa de um despreparado!

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Obrigado, Vereador. Vamos manter a concórdia.

REQUERIMENTO – VOTAÇÃO

(encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)

REQ. S/Nº – (Ver. Ricardo Gomes) – requer renovação de votação da **Emenda nº 04 ao PROC. Nº 0589/18 – PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº 002/18**, que institui o Cadastro Informativo de créditos não quitados do Município de Porto Alegre

(CADIN/POA).

PRESIDENTE VALTER NAGELSTEIN (PMDB): Em votação nominal, solicitada por esta Presidência, o Requerimento s/nº, de autoria do Ver. Ricardo Gomes, que requer renovação de votação da Emenda nº 04 ao PLE nº 002/18. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 29 votos **SIM** e 01 **ABSTENÇÃO**.

Estão encerrados a Ordem do Dia e os trabalhos da presente Sessão.

(Encerra-se a Sessão às 16h02min.)

* * * * *